

Em defesa do monetarismo ^{6 com Brasil}

ROBERTO CAMPOS

"O mestre disse: o verdadeiro gentleman é conciliador, porém não acomodaticio; o homem comum é acomodaticio, porém não conciliador". Confúcio, os Analetos, XIII, 25.

A tragédia do monetarismo no Brasil é ser vituperado sem ter sido praticado. Ou antes, foi raramente praticado, e por curtos períodos. Nestes, provou-se eficaz. Assim, a política de Joaquim Murтинho, sob Campos Salles, teve êxito, preparando o terreno para a prosperidade do período Rodrigues Alves. A maioria, entretanto, dos ministros da Fazenda que lhe sucederam na Primeira República não tinha doutrina firme. Tocavam a música de ouvido, por assim dizer. O monetarismo reapareceu fugazmente com o ministro Eugênio Gudin, com resultados favoráveis e rápidos. Novo e longo intervalo deu origem a instintivista, sem firme doutrina. Até que surgisse, no governo Castello Branco, o professor Octávio Bulhões, monetarista convicto, que conseguiu também dar um tranco na inflação, através de uma drástica redução na taxa de expansão dos meios de pagamento, que caiu de 70 para 17% entre 1965 e 1966.

A partir de então, é difícil falar-se em monetarismo. As figuras dominantes — Mario Simonsen e Delfim Netto — praticaram, ambas, uma política eclética, aquele aproximando-se mais de convicções monetaristas e este cedendo mais a pressões dos estruturalistas. Isso talvez explique por que Simonsen teve mais êxito que Delfim em moderar a inflação. Ambos, obviamente, atribuíam à expansão monetária função causal importante no processo inflacionário. A moeda conta. Mas nunca tiveram pela economia de mercado o respeito que ela merece, e nunca recuaram ante intervenções destinadas, supostamente, a "corrigir" ou "orientar" o mercado. Nenhum dos dois acreditava no controle de preços e nenhum dos dois deixou de praticá-lo.

O governo Tancredo Neves, agora sob a liderança de José Sarney, começa rachado ao meio. Certamente, o Ministério da Fazenda e o Banco Central se aproximam do monetarismo. Certa-

mente o discurso e as proposições do ministro-chefe da Sepian têm cheiro de estruturalismo. A resultante final será provavelmente eclética, com toda a ambivalência e o risco de ineficácia que daí resultam.

Se a atual política fosse monetarista, algumas coisas seriam feitas logo, e outras jamais seriam feitas. Por exemplo:

— Um monetarista jamais confiaria no controle de preços como método antinflacionário. A teoria de que controle de preços é expediente temporário, usado apenas para reverter expectativas psicológicas, é tão velha como a Sé de Braga. As expectativas não se revertem e ficam apenas as distorções. Além dos sinais negativos que transmite incentivando a procura e desestimulando a oferta — o controle de preços, na conjuntura atual, será potente fator de desemprego. Os salários reprimidos tenderão a subir em termos nominais, primeiramente, porque há fadiga da contenção salarial; segundo, porque uma das consequências sócio-psicológicas da redemocratização é provocar um surto de reivindicações salariais. Se os salários nominais crescem e os preços são freados, é inevitável um aumento do desemprego. Este ou aumentará imediatamente, ou após um interregno, de vez que a compressão ou anulação dos lucros diminuirá a taxa de investimento, e, conseqüentemente, a taxa de absorção da mão-de-obra. Afinal de contas, como disse o ex-primeiro ministro alemão Helmut Schmidt, os lucros de hoje são o investimento do amanhã e os empregos do depois de amanhã.

— Um monetarista procuraria logo aumentar a área de operação de economia de mercado. E advogaria, sem perda de tempo, a implantação de várias liberdades:

1. A liberdade de negociação salarial, como meio de permitir a diferenciação de níveis entre regiões e empresas, segundo a produtividade respectiva, diminuindo-se, assim, o desemprego;

2. A livre formação da taxa de câmbio, pois enquanto houver inflação maior que a de nossos parceiros comerciais, a desvalorização será ine-

vitável, e o governo não tem suficiente informação para determinar corretamente a taxa de equilíbrio;

3. A livre formação da taxa de juros no mercado interbancário, limitando-se a operação governamental a cortar o déficit, a fim de diminuir a procura no mercado financeiro;

4. A substituição de cotas e licenças de importação por tarifas aduaneiras, a fim de restringir o arbítrio da autoridade e evitar a manipulação de preços por grupos monopolistas ou oligopolistas;

5. A redução drástica do setor governamental, a fim de aumentar a área de preços flexíveis (setor privado), comparativamente à área de preços inflexíveis (setor público);

6. A eliminação de subsídios, sobretudo no tocante a bens importados, admitindo-se apenas a equalização do juros de exportação aos juros internacionais;

7. A desmobilização de participações acionárias do governo fora das áreas tradicionais de operação governamental, não só por princípio filosófico, mas, ainda, para auxiliar na cobertura de déficits públicos, sem emissão de moeda ou maior endividamento interno;

8. A eliminação de restrições à importação de capitais de riscos, o que aliviaria a escassez cambial, criaria empregos e geraria exportações. O capital de empréstimo é simples aluguel de poupança; somente o capital de risco é genuína incorporação de poupança: o que vimos fazendo até agora — rejeitar a incorporação de poupança em toda a área de alta tecnologia, por exemplo, e mendigar o aluguel da poupança do FMI ou dos bancos, a juros rígidos e pouco convidativos —, é suprema idiotice, que só faz retardar nosso desenvolvimento.

Algumas das proposições do governo atual marcham na direção libertária acima indicada. Mas não parece haver nem fervor nem convicção. Por isso, a atual política segue muito mais nossa tradição de ecletismo que os ditames do monetarismo, infelizmente. Ainda acreditamos que a política é apenas "a arte do possível". Mas ela deveria ser a arte de tornar possíveis as coisas impossíveis.